



“É preciso uma meta menos medíocre do que a estabilização da inflação em 20%”

ROGÉRIO WERNECK

Cruzado perde a função para moeda indexada

Numa inflação de 20% ao mês, ainda mais numa economia altamente indexada como a brasileira — onde tudo se reajusta automaticamente pela OTN ou pelos mais variados índices — a proliferação das contas remuneradas indica uma fuga crescente das pessoas da moeda tradicional, que se desvaloriza rapidamente no bolso ou nos depósitos à vista. A observação desse fenômeno levou o economista Edmar Bacha a destacar três fatores que podem conduzir o país à dolorosa experiência da hiperinflação, queimando a clássica etapa de substituição da moeda nacional por uma estrangeira.

“A primeira coisa é a demanda por moeda convencional, não remunerada, indo para zero”, alerta Bacha constatando que a tendência, nesse contexto, é o cruzado ser cada vez mais rejeitado devido a sua permanente corrosão. Consequentemente, ninguém vai querer usar uma moeda que não se reajusta automaticamente e, como ela está se desvalorizando diariamente, todos passarão a exigir reajuste diário. Nesse momento a economia brasileira estará plenamente indexada e concretiza-se o segundo sinal detectado por Bacha rumo a hiperinflação.

A única maneira de impedir esse processo seria, segundo o professor Simonsen, a queda do déficit público. O déficit determina a necessidade de financiamento do governo e é a ponta que suga a grande maioria das aplicações financeiras do país, através da compra dos títulos públicos. Com a redução do déficit, ao mesmo tempo que as pessoas fogem da moeda convencional, essa moeda estaria sendo recolhida por outro lado num processo de normalização que acabaria por restabelecer a credibilidade do cruzado.

Bacha concorda com isso, mas ao revelar o terceiro fator que pode levar à hiperinflação explica porque acha que dificilmente o déficit público cairá. A inflação elevada também corói as receitas do governo, num processo tecnicamente denominado de “efeito Tanzi”. A defasagem entre o pagamento dos impostos e o efetivo recebimento pelos cofres do Tesouro, numa inflação mensal de 20%, reduz a receita ao passo que as despesas — mesmo sem gastos adicionais — continuam subindo. Ou seja, o déficit se mantém.